ISSN: 2674-9270
Volume. 8, n. 2, jul./dez. 2026

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

Educação profissional na floresta: a trajetória do Pronatec no Instituto Federal do Acre - Campus Sena Madureira

Cleudo Araujo Farias
Instituto Federal do Acre
E-mail: cleudo.farias@ifac.edu.br

José Marlo Araújo de Azevedo
Instituto Federal do Acre
E-mail: jose.azevedo@ifac.edu.br

Hellen Sandra Freires da Silva Azêvedo
Universidade Federal do Acre
E-mail: hellenfreires@gmail.com

DOI: *https://doi.org/10.46636/recital.v8i2.675*

Recebido: *22 Abr. 2025*

Aceito*: 28 Jul. 2026*

Como citar este artigo: FARIAS, Cleudo Araujo; AZEVEDO, José Marlo Araújo de; AZÊVEDO, Hellen Sandra Freires da Silva. Educação profissional na floresta: a trajetória do Pronatec no Instituto Federal do Acre - Campus Sena Madureira. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 8, n. 2, p. 149–168, 2026. DOI: 10.46636/recital.v8i2.675. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/675.

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Educação profissional na floresta: a trajetória do Pronatec no Instituto Federal do Acre - Campus Sena Madureira

RESUMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi idealizado como uma política pública voltada à promoção da qualificação profissional, para as parcelas mais vulneráveis da população brasileira. Nesse contexto, o presente estudo se propôs a analisar o processo de implementação dos cursos do Pronatec pelo Instituto Federal do Acre (IFAC) Campus Sena Madureira, no período de 2012 a 2018. Os objetivos principais abrangeram a identificação dos desafios, a compreensão das estratégias adotadas e os impactos do referido programa na formação profissional dos beneficiários. Para tanto, a pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa, baseada em fontes secundárias, com ênfase em documentos e levantamentos bibliográficos. Os resultados demonstram que, embora o Pronatec tenha enfrentado barreiras logísticas, sociais e estruturais, o programa gerou efeitos relevantes na capacitação técnica dos participantes e na sua inserção em atividades produtivas. O que pode ser observado em comunidades rurais, como no caso da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, onde os cursos contribuíram para diversificação econômica e melhora na fonte de renda. Essa investigação reforça a importância de políticas educacionais que reconheçam as especificidades regionais e enfrentem as contradições inerentes à sua execução, consolidando-se como instrumentos de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Palavras-chave: Pronatec. Educação profissional. Políticas públicas.

Professional education in the forest: the trajectory of Pronatec at the Instituto Federal do Acre - Sena Madureira Campus

ABSTRACT

The National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec) was designed as a public policy aimed at promoting professional qualifications for the most vulnerable sections of the Brazilian population. In this context, the present study proposed to analyze the implementation process of Pronatec courses by the Instituto Federal do Acre (Ifac) Campus Sena Madureira, from 2012 to 2018. The main objectives included the identification of challenges, the understanding of the strategies adopted and the impacts of the referred program on the professional training of the beneficiaries. To this end, the research used a qualitative approach, based on secondary sources, with an emphasis on documents and bibliographic surveys. The results demonstrate that, although Pronatec faced logistical, social and structural barriers, the program generated relevant effects on the technical training of participants and their insertion in productive activities. This can be observed in rural communities, as in the case of the Cazumbá-Iracema Extractive Reserve, where the courses contributed to economic diversification and improved sources of income. This research reinforces the importance of educational policies that recognize regional specificities and face the contradictions inherent in their implementation, consolidating themselves as instruments of economic, social and environmental sustainability.

Keywords: Pronatec. Professional education. Public policies.

INTRODUÇÃO

A qualificação profissional tem se mostrado elemento central em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e econômico no Brasil, com ênfase no acesso democrático à educação e inclusão social, especialmente em regiões marcadas por desigualdades socioespaciais historicamente estabelecidas. Nesse contexto, alguns programas educacionais buscam ampliar as oportunidades de formação técnica como estratégia para diminuir as barreiras ao pleno exercício da cidadania e promover a equidade social, sobretudo nas periferias e localidades remotas.

Programas educacionais voltados à formação profissional podem promover resultados positivos na inclusão produtiva e na integração no mundo do trabalho. Muitas dessas iniciativas podem contribuir para elevar a empregabilidade, melhorar as condições de renda e possibilitar um modelo educativo que entrelace a formação técnico-profissional ao enfrentamento das desigualdades sociais (Esteves, 2017; Silva, 2020; Siqueira, 2023).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído em 2011 pela Lei nº 12.513/2011, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, foi concebido com a finalidade de expandir as oportunidades de formação profissional e tecnológica em todo o território nacional (Brasil, 2011). Idealizado para enfrentar os desafios relacionados à exclusão educacional e profissional, o programa teve como propósito integrar trabalhadores em situação de vulnerabilidade ao mercado de trabalho, alcançando até mesmo regiões mais remotas e promovendo, de forma indireta, maior autonomia individual e coletiva.

No estado do Acre, o Pronatec foi implementado em um contexto marcado por inovações agrotecnológicas e tecnologias sociais, que refletem a diversidade regional em suas feições culturais, econômicas, ambientais e comunitárias. Essas tecnologias são amplamente ajustadas às dinâmicas locais, integrando práticas como extrativismo, agricultura, pesca artesanal, manejo sustentável e outras atividades próprias dos grupos sociais tradicionais, em constante interação com a dinâmica criadora e transformadora da natureza.

Este estudo tem como objetivo analisar a trajetória e os processos de implementação do Pronatec no Instituto Federal do Acre, Campus Sena Madureira, entre 2012 e 2018, com foco nos desafios enfrentados, nas estratégias adotadas e nos impactos gerados na qualificação profissional da população.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e no levantamento de dados secundários. Essa metodologia permitiu descrever as adaptações realizadas pelo IFAC e examinar as dificuldades e os avanços registrados na execução do Pronatec, levando em consideração o contexto amazônico, caracterizado por desafios logísticos, econômicos e sociais.

A análise da execução do Pronatec no campus Sena Madureira destaca a necessidade de compreender como as políticas públicas de educação profissional e tecnológica podem ser adaptadas às particularidades de regiões periféricas e remotas. Este estudo revela a complexa interação entre políticas públicas educacionais e as especificidades dos territórios amazônicos, onde a inclusão social e o desenvolvimento regional coexistem com conflitos, barreiras estruturais e limitações programáticas. Esse cenário exige uma análise crítica e contextualizada, que contemple tanto as potencialidades quanto as contradições dessas iniciativas, concebidas em instâncias federais centralizadas, mas que, ao serem aplicadas localmente, permitem a flexibilização como prática recorrente entre as instituições responsáveis por sua execução.

REFERENCIAL TEÓRICO

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A CRIAÇÃO DO PRONATEC

No Brasil, a relação entre a educação básica e a educação profissional e tecnológica (EPT) reflete a dualidade de um sistema educacional voltado para a formação das elites e outro direcionado às classes populares. Ramos (2014) aponta que, até o século XIX, não há registros de iniciativas organizadas voltadas para a educação profissional. Nesse período, a educação era predominantemente propedêutica, voltada para as elites, com ênfase na formação de líderes, enquanto para as classes mais baixas existiam algumas instituições voltadas ao ensino das primeiras letras e à introdução em ofícios, como os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos.

O marco formal da EPT no Brasil, enquanto política pública, é a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, por meio do Decreto 7.566/1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Essa iniciativa refletiu as ideias defendidas por Afonso Pena e resultou na instalação, no ano seguinte, de dezenove escolas em diferentes estados, consolidando a educação profissional como uma política pública voltada para a formação dos trabalhadores e para a educação tecnológica no país (Moura, 2007).

Durante o século XX, a educação profissional ganhou maior relevância com as reformas educacionais promovidas durante o Governo de Getúlio Vargas, que buscaram articular a formação técnica ao projeto nacional de modernização e industrialização (Silva; Oliveira; Souza, 2016). Nas décadas seguintes, e especialmente durante a ditadura militar, a oferta de cursos técnicos se tornou compulsória, com foco na capacitação voltada às demandas do mercado de trabalho. Nesse contexto, a Lei nº 5.692/1971 tornou obrigatória a profissionalização no ensino de 1º e 2º graus, com o objetivo de alinhar a educação às exigências produtivas do período e ao projeto de Brasil potência (Romanelli, 2005).

Historicamente, o debate sobre a formação técnico-profissional no Brasil tem sido marcado por tensões ligadas à adaptação da educação às exigências do modelo capitalista, especialmente em contextos de capitalismo dependente. Nesse cenário, a oferta de educação básica e profissional de qualidade tem sido limitada, sobretudo para os jovens das classes trabalhadoras, restringindo tanto a qualificação para o trabalho quanto o desenvolvimento de uma consciência crítica. Embora essa modalidade educacional tenha ganhado algum espaço nas políticas públicas a partir da década de 1990, foi somente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva que a formação técnico-profissional passou a ocupar um papel central nas estratégias educacionais do Estado (Santiago, 2015).

Durante o governo Lula, foi proposta a superação da histórica separação entre a Educação Básica e a Educação Profissional, com a valorização da integração entre o ensino médio e a formação técnica, consolidada pelo MEC como Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. A expectativa de revogação do Decreto nº 2.208/97 levou, em 2004, à promulgação do Decreto nº 5.154/04, que, embora representasse avanços, não eliminou completamente as limitações impostas pela regulamentação anterior (Leal Neto, 2010).

No segundo mandato do governo Lula, a integração entre ensino médio e educação profissional ganhou novo impulso com o lançamento do Programa Brasil Profissionalizado e a definição de diretrizes pelo MEC. Destaca-se, ainda, a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892/2008, que instituiu os Institutos Federais. Essas iniciativas foram fundamentais para a política de expansão da educação profissional,

posteriormente continuada no governo Dilma Rousseff, que, ao instituir o Pronatec, manteve e articulou essas ações às novas estratégias de formação profissional vinculadas à educação básica e ao mercado de trabalho (Santiago, 2015).

Para Bispo (2018), o PRONATEC foi instituído durante um contexto eleitoral brasileiro marcado por intensos debates políticos, em que a relevância da educação se tornou um tema central discutido amplamente por diferentes grupos partidários. Durante a década de 2010, o país atravessava um período de crescimento econômico que teve como consequência a "escassez de força de trabalho com qualificações requeridas em suas respectivas atividades" (Bispo, 2018, p. 88).

O Pronatec surgiu para atender simultaneamente às demandas do mercado e às políticas de competitividade industrial, com o mercado exigindo maior intervenção do Estado na estruturação da educação profissional e técnica no Brasil, e o governo consciente do contexto oportuno e da necessidade de promover um ambiente competitivo para a produção de bens e serviços no país, a implementação do Pronatec surgiu como uma resposta a essa demanda. O programa consolidou esforços de programas anteriores, como o Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec Brasil, e modalidades dinâmicas como a Bolsa-Formação, destinadas a estudantes do ensino médio público, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda (Cassiolato; Garcia, 2014).

A Bolsa-Formação é composta por duas modalidades: a Bolsa-Formação Estudante e a Bolsa-Formação Trabalhador. Ambas foram instituídas com o objetivo de ofertar cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), utilizando as estruturas já existentes na Rede de Educação Profissional (Lima et al., 2018). A Bolsa-Formação Estudante destina-se à oferta de cursos técnicos nas modalidades concomitante, integrada ou subsequente, com carga horária mínima de 800 e máxima de 1.200 horas. Por outro lado, a Bolsa-Formação Trabalhador é voltada para cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, com carga horária que varia de 160 a 400 horas (Ventura; Lessa; Souza, 2018).

Embora o Pronatec tenha ampliado significativamente o acesso à educação profissional, ele também gerou debates sobre sua implementação e financiamento. Ramos e Stampa (2016) ressaltam a centralidade das instituições privadas no modelo de pactuação.

Os alunos beneficiários do Bolsa-Formação fazem jus à assistência estudantil, a qual visa custear as despesas relacionadas ao transporte e alimentação, facilitando assim a permanência dos estudantes nos cursos (Brasil, 2015). Essa iniciativa sinaliza em uma estratégia do Governo para reduzir a evasão no programa e assegurar a continuidade do crescimento da Educação Profissional.

A Lei nº 12.513/2011 foi alterada pela Lei nº 12.864/2013, com a finalidade de ampliar o rol de beneficiários quanto aos ofertantes do Bolsa-Formação Estudante, dentro do Pronatec (Brasil, 2013). Essa modificação teve como finalidade a inclusão de instituições de ensino privadas no programa, conforme explicitado (Brasil, 2015).

A inclusão das instituições privadas no Pronatec provocou confrontos entre o empresariado, que tende a se beneficiar do modelo privatista do programa, e de grupos que criticam e discordam desse viés e defendem uma abordagem mais pública na educação profissional. Essa correlação de forças pode refletir debates mais amplos sobre os rumos da educação no país, envolvendo questões como acesso, qualidade e financiamento do ensino técnico e profissionalizante (Ramos, 2014).

Ramos e Stampa (2016) destacaram que o Sistema "S" e outras Instituições privadas recebem recursos, inclusive, por meio do Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (FIES-TEC). Os autores retrataram ainda que no contexto do Pronatec, tanto a

Rede Federal quanto às Redes Estaduais é secundarizada em comparação ao Sistema "S", o qual, em relação ao programa, é tratado como instituição pública. Os autores destacam ainda que,

> [...] os recursos financeiros, chama-nos a atenção a forma como se dão esses repasses para as instituições privadas. Eles não necessitam de nenhum tipo de convênio, acordo ou contrato, só há a obrigatoriedade de prestação de contas. A negociação entre as instituições de ensino e o MEC é chamada de "pactuação" (Ramos; Stampa, 2016, p. 9).

Godoi (2014) argumentou que, se os recursos fossem direcionados às instituições públicas, seria possível ampliar o número de vagas para atender não apenas grupos focais, mas também todos aqueles que desejassem acessar ao ensino no âmbito do Pronatec. Esta crítica evidenciou o tensionamento entre a eficiência buscada pela inclusão de instituições privadas e a necessidade de fortalecimento das redes públicas.

A centralidade das instituições privadas e do Sistema S no Pronatec reflete uma estratégia de rápida ampliação da oferta de cursos, mas também levanta preocupações sobre a dependência dessas entidades no cenário educacional brasileiro. Enquanto o Sistema S possui uma experiência consolidada na qualificação profissional, Ramos (2014) questionou se essa ênfase nos interesses mercadológicos, em detrimento da construção de uma educação pública de qualidade e acessível a todos, pode comprometer a equidade. Essa tensão evidencia o desafio de equilibrar a eficiência na execução com a garantia de acesso igualitário.

Há necessidade de se adotar práticas educacionais que capacitem educadores e alunos a enfrentarem transformações sociais fundamentais. Para Mészáros (2005), as classes dominantes impõem uma educação externa para o trabalho alienante, explorando inclusive o tempo de lazer. Nesse contexto, práticas educacionais emancipadoras são essenciais para promover uma sociedade onde a educação profissional e geral integrada.

À vista disso, Frigotto et al. (2005) defenderam que é imprescindível construir um processo educacional integrado e emancipador, de modo a tornar a educação geral parte inseparável da educação profissional em todos os aspectos onde ocorre a preparação para o trabalho. Essa integração deve abranger desde processos produtivos até a formação técnica, tecnológica e superior, superando a divisão entre trabalho manual e intelectual e formando trabalhadores capazes de atuar também como dirigentes.

A separação entre as modalidades Estudante e Trabalhador no Pronatec permite atender públicos específicos, mas também reflete uma lógica fragmentadora. Segundo Frigotto et al. (2005), a segmentação pode limitar o potencial emancipador da educação profissional, ao focar predominantemente na qualificação funcional para o mercado de trabalho. Para superar essas limitações, é necessária maior integração entre os níveis de ensino, garantindo que os cursos técnicos também contribuam para o desenvolvimento crítico dos alunos.

O modelo de financiamento do Pronatec, que prioriza pactuações diretas com instituições privadas, reforça uma estrutura que pode prejudicar a expansão e a qualidade das redes públicas. Godoi (2014) argumentou que a destinação desses recursos para as redes federais e estaduais permitiria ampliar a capacidade de atendimento e consolidar uma infraestrutura educacional pública mais robusta. Esta reflexão aponta para a necessidade de políticas de financiamento que priorizem o fortalecimento das instituições públicas, promovendo maior independência do setor privado e garantindo uma educação equitativa.

Uma proposta alternativa para a educação profissional seria integrar de forma indissociável os aspectos teóricos e práticos, permitindo aos trabalhadores não apenas desenvolverem as suas funções técnicas, mas também compreender e transformar o contexto social em que estão inseridos. Para Mészáros (2005) e Frigotto et al. (2005), essa abordagem resgata o potencial emancipador da educação, promovendo uma formação que transcende as demandas imediatas do mercado e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Apesar das críticas e desafios destacados, o Pronatec também oferece oportunidades importantes para o fortalecimento da educação profissional. Um exemplo disso é sua implementação no Instituto Federal do Acre (IFAC), que se tornou uma instituição ofertante do programa em 2011.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal do Acre – Campus Sena Madureira (IFAC/CSM), situado no município de Sena Madureira, localizado a aproximadamente 140 km da capital do Estado, Rio Branco. O município possui uma população de 41.343 habitantes e uma área territorial de 23.759,512 km², com densidade demográfica de 1,74 habitantes por km² (IBGE, 2022).

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, centrada na compreensão das dinâmicas sociais e institucionais envolvidas na implementação do Pronatec entre 2012 e 2018. Segundo Minayo (2007, p. 21), a pesquisa qualitativa possibilita explorar "o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes", permitindo uma análise mais profunda dos aspectos subjetivos e contextuais do fenômeno investigado.

Para a coleta e análise de dados, utilizou-se a análise documental, que possibilitou examinar políticas públicas, normativas institucionais e relatórios de execução do Pronatec. Conforme Cellard (2008), a análise documental é um método essencial para compreender registros institucionais e estruturais, contribuindo para a interpretação das dinâmicas que envolvem a formulação e implementação de programas públicos. Além disso, foram examinados documentos institucionais do IFAC, como projetos pedagógicos de cursos, resoluções internas, relatórios de gestão e materiais fornecidos por órgãos governamentais.

O estudo também se baseou em um levantamento bibliográfico, abrangendo produções acadêmicas disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da CAPES. Esse levantamento seguiu as orientações metodológicas de Marconi e Lakatos e (2003), que enfatizam a importância da revisão da literatura para contextualizar a pesquisa no campo acadêmico.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu uma análise detalhada da implementação do Pronatec no IFAC em Sena Madureira, proporcionando uma visão crítica sobre seus avanços, limitações e desafios no contexto amazônico.

RESULTADOS

A IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é composto por seis campi: Sena Madureira, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Xapuri, Tarauacá e o campus Avançado Baixada do Sol (Brasil, 2008). O

instituto tem como missão oferecer educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades, promovendo um processo educacional de qualidade capaz de atender às demandas sociais e regionais. Além disso, busca integrar a educação básica, profissional e superior, direcionando suas ofertas formativas para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais da região (PDI/IFAC, 2020-2024).

Com o objetivo de expandir a Educação Profissional e Tecnológica, o IFAC tornou-se ofertante do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em 2011. No contexto do programa, suas ações incluíam a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador (IFAC, 2015).

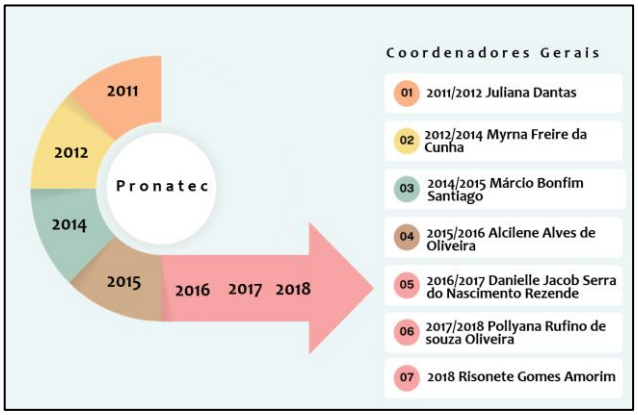
Como ofertante, o IFAC assumiu a responsabilidade de organizar os parâmetros necessários para a execução do programa, incluindo a elaboração das matrizes curriculares, a definição dos critérios de seleção de profissionais envolvidos, a implementação de estratégias de acompanhamento das ofertas, a elaboração de instrumentos de avaliação e o estabelecimento de normas para as atividades formativas (Cunha, 2014).

Quatro anos após a implementação do programa, foi aprovado o regulamento interno que disciplinava as ações do programa no âmbito da instituição. Este regulamento, formalizado pela Resolução nº 019, de 20 de fevereiro de 2015, visava regulamentar a atuação do Pronatec no IFAC e complementar as legislações estabelecidas (IFAC, 2015). Além de garantir diretrizes operacionais, esse regulamento buscava também minimizar os desafios estruturais e sociais discutidos na literatura sobre educação profissional no Brasil, que frequentemente enfrenta problemas como evasão e descontinuidade nas políticas públicas.

Conforme o regulamento, a gestão das atividades do Pronatec era conduzida por um Comitê Gestor vinculado à Reitoria. Este comitê era composto pelos seguintes agentes: Reitor (presidente), Coordenador(a) Geral do Pronatec (vice-presidente), Coordenadores Adjuntos da Reitoria, Pró-Reitor de Administração e Pró-Reitor de Ensino.

O Coordenador Geral, representante oficial do IFAC junto ao Ministério da Educação no âmbito do programa, era responsável pela gestão, coordenação, orientação, seleção e execução das atividades relacionadas à Bolsa-Formação, além de outras atribuições previstas em resoluções específicas do FNDE. A Figura 1 apresenta uma linha do tempo com os Coordenadores Gerais que atuaram no Pronatec no IFAC, destacando a evolução da gestão do programa na instituição:

Figura 1 – Coordenadores Gerais que atuaram no Pronatec.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

No Instituto Federal do Acre, as políticas de implantação do Pronatec foram alinhadas às diretrizes nacionais de assistência estudantil, assegurando suporte aos estudantes

conforme estabelecido pelo programa. Essas políticas tinham como objetivo garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, por meio de medidas voltadas à redução de barreiras financeiras e logísticas enfrentadas pelos beneficiários:

> Art. 21 O IFAC deverá criar mecanismos de acompanhamento e de assistência que permitam o acesso, a permanência e a conclusão de cursos aos beneficiários das atividades do PRONATEC. Art. 22 A assistência estudantil ofertará os seguintes benefícios: I. Fardamento (camisa da instituição); II. Kit estudante (composto por material didático); III. Bolsa estudante (destinada a custear despesas de transporte e alimentação); IV. Seguro para aulas de campo ou visitas técnicas (IFAC, 2015).

À vista disso, essa política revela-se essencial não apenas para assegurar o acesso dos estudantes aos cursos, mas também para oferecer mecanismos e ferramentas que garantam sua permanência e conclusão. O auxílio estudantil não apenas elimina barreiras financeiras e logísticas, como também contribui para a criação de um ambiente de aprendizado favorável, indispensável à formação profissional dos beneficiários.

PRONATEC NO CAMPUS SENA MADUREIRA

As ações de gestão relacionadas às atividades do Pronatec no campus Sena Madureira eram conduzidas pelo comitê executivo, composto por diversos agentes: Diretor Geral (presidente), Coordenador Adjunto do campus (vice-presidente), Diretor de Ensino, Diretor de Administração e Supervisores dos Cursos FIC do Pronatec (IFAC, 2015).

A equipe organizacional do Pronatec no campus era formada por professores, supervisores de curso, orientadores pedagógicos e sociais, bem como profissionais de apoio acadêmico e administrativo (Figura 2). Com exceção do Coordenador Adjunto, nomeado diretamente pelo reitor do IFAC, todos os demais membros da equipe eram selecionados por meio de processo seletivo simplificado. O Coordenador Adjunto desempenhava um papel central na coordenação administrativa, supervisionando professores e alunos, organizando as turmas e gerindo o auxílio estudantil. Também era responsável por articular parcerias com os órgãos demandantes, além de cumprir outras atribuições estabelecidas em resoluções do FNDE.

Figura 2 – Profissionais que atuaram pelo Pronatec no IFAC/CSM.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os cursos do Pronatec alcançaram todos os municípios integrantes do agrupamento administrativo da Regional Purus, incluindo Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Manoel

Urbano. Essas iniciativas foram caracterizadas pela colaboração, flexibilidade e descentralização, sendo realizadas em regime de parceria com os órgãos ofertantes e demandantes do Bolsa-Formação (Rosa, 2019).

Antes do início das atividades, era realizado um planejamento conjunto envolvendo a Coordenação Geral do Pronatec, o campus responsável pelas ofertas e os parceiros demandantes. Nesse processo, aspectos como público-alvo, infraestrutura disponível e comunidades beneficiadas eram criteriosamente avaliados. Ademais, todos os cursos selecionados seguiam os parâmetros estabelecidos no Catálogo Nacional de Cursos FIC do Pronatec, assegurando a padronização e a qualidade das formações oferecidas. Esses aspectos eram previstos no regimento normativo do IFAC, que atuará:

> Art. 19 No desenvolvimento dos cursos, o IFAC, por meio dos Campus, atuará como ofertante e as instituições credenciadas pelo MEC atuarão como parceiros demandantes. §1º Caberá a cada campus do IFAC pactuar no sistema SISTEC, mantido pelo MEC, os cursos e a quantidade de turmas e de vagas por turma disponíveis para a oferta. §2º Caberá a cada parceiro demandante validar, no sistema SISTEC, vagas em cursos pactuados pelo IFAC, bem como selecionar os estudantes e trabalhadores para os cursos, de acordo com o público-alvo correspondente. §3º Os campus do IFAC poderão preencher vagas desocupadas (ou não preenchidas) nas turmas, matriculando beneficiários a partir de um banco de reserva de candidatos pré-matriculadas (IFAC, 2015).

Nesse sentido, o IFAC, por meio de seus campi, assumia a responsabilidade pela organização dos cursos e pelo registro das turmas e vagas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Já os parceiros demandantes tinham como atribuição validar as vagas e selecionar os estudantes e trabalhadores, de acordo com as especificidades do público-alvo.

Os principais parceiros do Pronatec na região em estudo incluíam órgãos como a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC). Destacou-se ainda, as parcerias, a citar: Prefeituras, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Instituto Socioeducativo (ISE), Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), Escolas municipais e estaduais, (IFAC, 2018).

A criação e o funcionamento dos cursos no campus Sena Madureira eram autorizados por meio de portarias institucionais, sendo sua organização teórica-metodológica e seus princípios educacionais orientados pelos Projetos Pedagógicos de Cursos, aprovados pelo Conselho Superior do IFAC.

As aulas eram realizadas em horários flexíveis, ajustados à realidade dos estudantes, o que favorecia a inclusão e a permanência nas atividades. Em algumas situações, principalmente para atender comunidades rurais de difícil acesso, os cursos eram ofertados aos finais de semana, garantindo que as especificidades desses públicos fossem contempladas.

Os cursos eram ofertados nas comunidades urbana e rural. Os principais beneficiários dos cursos do Pronatec na Regional do Purus incluíam estudantes, trabalhadores, ribeirinhos, agricultores familiares, extrativistas, pescadores, povos indígenas, adolescentes, jovens em medidas socioeducativas, beneficiários de programas federais de transferência de renda e servidores públicos.

O Campus Sena Madureira, ofertou 3.175 vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Dessas, houve 3.081 matrículas, resultando em 2.412 alunos concluintes. Em relação as vagas disponibilizadas, o índice alcançado foi de 97%. Considerando o número de matriculados, o índice de formandos foi de 78%, evidenciando um desempenho significativo na execução dos cursos. Em contrapartida, esses dados também reforçam os desafios mencionados na literatura, como a permanência dos estudantes em cursos de qualificação e as barreiras estruturais enfrentadas em regiões periféricas.

No Quadro 1 são apresentadas as informações detalhadas sobre os cursos ofertados pelo campus Sena Madureira nas comunidades urbanas, incluindo o público beneficiário e suas características:

Quadro 1 – Informações gerais dos cursos ofertados pelo Pronatec no IFAC /CSM.

Curso	Ano	Comu-nidade	Local da oferta	Vagas	Matrí-culas	Con-cluintes
Vendedor	**2011**	Urbana	Sena Madureira	30	25	14
Auxiliar Administrativo	2012	Urbana	Sena Madureira	40	33	25
Auxiliar Técnico em Agropecuária			Sena Madureira	40	37	14
Operador de Computador			Sena Madureira	40	36	31
Agricultor Familiar			Sena Madureira	40	25	24
Auxiliar Administrativo			Sena Madureira	40	40	33
Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	2013	Urbana	Sena Madureira	40	40	35
Promotor de Vendas			Sena Madureira	30	30	28
Piscicultor			Sena Madureira	40	33	17
Apicultor			Sena Madureira	**40**	**39**	**34**
Operador de Computador			Sena Madureira	54	44	40
Bovinocultor de Leite			Sena Madureira	40	40	27
Agricultor Agroflorestal			Sena Madureira	40	40	27
Viveiricultor			Sena Madureira	40	40	32
Operador de Computador			Manoel Urbano	25	25	20
Auxiliar Administrativo			Manoel Urbano	40	40	33
Recepcionista	2014	Urbana	Manoel Urbano	30	30	20
Auxiliar de Recursos Humanos			Manoel Urbano	40	40	27
Auxiliar de Recursos Humanos			Sena Madureira	80	80	63
Auxiliar Administrativo			Santa Rosa do Purus	40	38	33
Operador de Computador			Sena Madureira	60	60	48
Agricultor Familiar			Sena Madureira	40	40	21
Inglês Básico			Sena Madureira	40	40	26
Cuidador Infantil			Sena Madureira	30	30	26
Auxiliar Financeiro			Sena Madureira	80	80	53
Recepcionista			Sena Madureira	20	20	18
Apicultor			Sena Madureira	25	25	16
Avicultor			Sena Madureira	25	25	10
Piscicultor			Sena Madureira	25	25	12
Cuidador Infantil			Manoel Urbano	40	40	39
Auxiliar Financeiro			Manoel Urbano	40	39	34

Curso	Ano	Comu-nidade	Local da oferta	Vagas	Matrí-culas	Con-cluintes
Recepcionista			Manoel Urbano	20	20	18
Fruticultor			Manoel Urbano	40	38	26
Criador de Peixes Em Tanque Rede			Manoel Urbano	25	25	22
Auxiliar de Recursos Humanos			Manoel Urbano	40	40	37
Promotor de Vendas			Manoel Urbano	40	40	38
Auxiliar Administrativo			Santa Rosa do Purus	21	20	12
Auxiliar de Recursos Humanos			Santa Rosa do Purus	40	40	29
Operador de Supermercados			Sena Madureira	30	30	28
Horticultor Orgânico	2014	Rural	Ramal do Ouro, comunidade Vitória. Sena Madureira	25	25	23
Agricultor Orgânico			Resex Cazumbá Iracema – Sena Madureira	40	40	36
Agricultor Orgânico			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	40	40	35
Horticultor Orgânico			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	20	20	15
Açaicultor			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	30	30	28
Fruticultor			Liberdade I. Sena Madureira	30	30	25
Criador de Peixes em Tanque Rede			Estrada Xiburema, KM 05 - Zona Rural. Sena Madureira	30	11	9
Vendedor	2015	Urbana	Sena Madureira	40	40	32
Recepcionista			Sena Madureira	30	29	24
Cuidador Infantil			Sena Madureira	70	67	45
Cuidador de Idoso			Sena Madureira	40	40	22
Viveiricultor			Sena Madureira	40	40	26
Operador de Beneficiamento de Pescado			Sena Madureira	30	30	10
Inseminador Artificial de Animais			Sena Madureira	60	60	44
Identificador Florestal			Sena Madureira	30	30	24
Horticultor Orgânico			Sena Madureira	20	20	13
Inglês Básico			Sena Madureira	30	30	14
Criador de Peixes em Viveiros Escavados			Manoel Urbano	28	28	23
Auxiliar de Secretaria Escolar			Manoel Urbano	30	30	24
Criador De Peixes Em Viveiros Escavados			Sena Madureira	32	32	15
Auxiliar Administrativo			Manoel Urbano	30	30	25
Inglês Básico			Manoel Urbano	20	20	19
Operador De Computador	2015	Rural	Resex Cazumbá Iracema – Sena Madureira	30	30	28

Curso	Ano	Comu-nidade	Local da oferta	Vagas	Matrí-culas	Con-cluintes
Criador De Peixes Em Viveiros Escavados			Comunidade - Boca do Iaco. Boca do Acre - AM	30	30	18
Bovinocultor De Leite			Projeto favo de mel. Sena Madureira	30	29	15
Avicultor			Pólo Agroflorestal Elias Moreira. Sena Madureira	25	25	21
Agricultor Orgânico			Resex Cazumbá Iracema – Sena Madureira	25	25	23
Agricultor Familiar			Resex Cazumbá Iracema – Sena Madureira	30	30	29
Agricultor Agroflorestal			Resex Cazumbá Iracema – Sena Madureira	30	30	27
Agricultor Orgânico	2016	Urbana	Manoel Urbano	20	18	18
Agente Comunitário De Saúde			Santa Rosa do Purus	20	20	19
Piscicultor			Santa Rosa do Purus	20	20	19
Organizador de Eventos			Sena Madureira	20	20	19
Cerimonialista			Manoel Urbano	20	19	19
Administrador de Banco de Dados			Sena Madureira	20	20	15
Assistente de Crédito e Cobrança			Sena Madureira	20	19	16
Apicultor			Sena Madureira	20	20	13
Horticultor Orgânico			Sena Madureira	20	18	17
Língua Brasileira De Sinais (Libras - Básico)			Sena Madureira	20	20	19
Horticultor Orgânico			Sena Madureira	20	19	7
Inglês Básico			Sena Madureira	20	19	19
Inglês Intermediário			Sena Madureira	20	18	17
Horticultor Orgânico	2016	Rural	Comunidade - Boca do Iaco. Boca do Acre - AM	20	20	20
Agricultor Agroflorestal			Comunidade São José. Boca do Acre - AM	20	20	20
Piscicultor			Comunidade São José. Boca do Acre - AM	20	20	20
Açaicultor			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	20	20	20
Fruticultor			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	20	20	20
Agricultor Agroflorestal			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	20	20	20
Apicultor			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	20	20	20
Auxiliar de Agroecologia			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	20	20	20
Avicultor			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	20	20	20

Curso	Ano	Comu-nidade	Local da oferta	Vagas	Matrí-culas	Con-cluintes
Beneficiador De Produtos Extrativistas			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	20	20	19
Auxiliar de Agroecologia			Comunidade São José. Boca do Acre - AM	20	18	18
Beneficiador de Produtos Extrativistas			Comunidade Valparaíso. Boca do Acre - AM	20	20	20
Meliponicultor	2017	Rural	Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	30	30	29
Avicultor			Resex Cazumbá Iracema. Sena Madureira	30	30	27
Artesão de Biojoias	2017	Rural	Sena Madureira	30	30	27
Assistente em Costura	2018	Urbana	Sena Madureira	25	25	19
Higienista de Serviços de Saúde			Sena Madureira	50	50	38
Pintor Restaurador			Sena Madureira	25	25	15
Sonoplasta			Sena Madureira	50	50	21
			Total	**3175**	**3081**	**2412**

Fonte: elaborado pelo autor, conforme documentos oficiais do IFAC (2018).

Esses resultados demonstram não apenas o alcance das vagas, mas também o esforço estratégico do Campus em atender tanto as comunidades urbanas quanto rurais, promovendo uma articulação entre saberes científicos e conhecimentos empíricos.

Neste contexto, observa-se uma concentração significativa de vagas no eixo tecnológico de Recursos Naturais, seguido por Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Ambiente e Saúde e Desenvolvimento Educacional e Social (Tabela 1). A diversidade de ofertas demonstra a preocupação em alinhar a formação profissional às especificidades socioprodutivas da região amazônica, em conformidade com os eixos definidos no Guia Nacional de Cursos de FIC do MEC.

Tabela 1 – eixo tecnológico cursos ofertados na Regional do Purus, estado do Acre

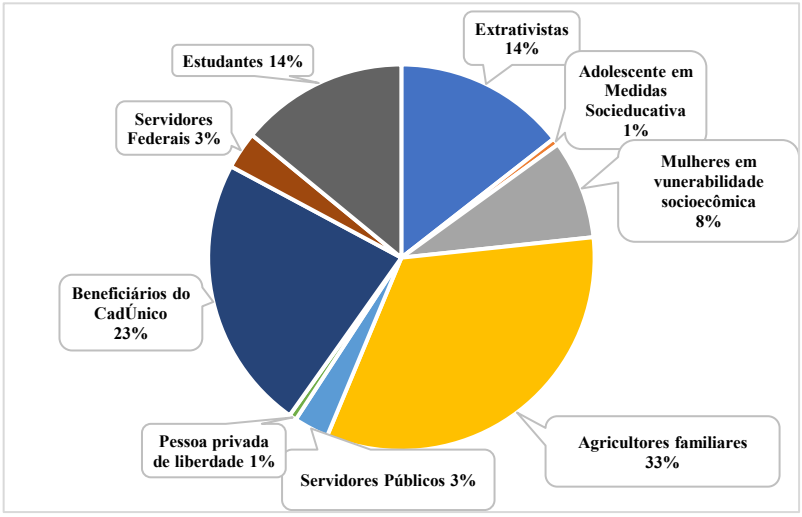
Eixo Tecnológico	Vagas	Matriculados	Concluintes
Recursos Naturais	1495	1440	1133
Gestão e Negócio	881	823	659
Informação e Comunicação	229	215	182
Ambiente e Saúde	225	222	170
Desenvolvimento Educacional e Social	180	177	138
Produção Cultural e Design	130	130	82
Turismo, Hospitalidade e Lazer	40	39	38
Produção Alimentícia	30	30	10

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Em relação ao quantitativo de matrículas, observou-se que, no município de Sena Madureira, houve 2.273 matrículas, seguido por Manoel Urbano, com 528 vagas, e Santa Rosa do Purus, com 158. Além disso, foram registradas 128 matrículas no município de Boca do Acre, no estado do Amazonas, que faz limite com Sena Madureira. O principal público atendido (Gráfico 1) inclui estudantes, servidores públicos, agricultores familiares, mulheres

em situação de vulnerabilidade social e econômica, beneficiários do Cadastro Único, extrativistas, pessoas em regime de privação de liberdade e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Gráfico 1: Público atendido na Regional Purus pelo Pronatec



Fonte: elaborada pelo autor, conforme dados do IFAC (2018)

Observa-se no gráfico (1) que a maior parte do público atendido pelos cursos do Pronatec pertence a grupos como os agricultores familiares (33%) e beneficiários do CadÚnico (23%). Também é significativo o atendimento a extrativistas (14%) e mulheres em situação de vulnerabilidade social (8%), o que evidencia o compromisso do programa com a inclusão produtiva e a promoção da equidade social.

Esses dados reforçam a pertinência das ações do IFAC na Regional Purus, alinhadas às diretrizes de uma educação profissional que reconhece e valoriza as especificidades territoriais da Amazônia. Corroborando com essa ideia, Zanelato (2019) destacou que, o Pronatec se apresentou no cenário como uma oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza e da desigualdade, combate à vulnerabilidade das pessoas e formação para a cidadania.

O estudo revelou que, ao se considerar o percentual de concluintes em relação ao total de matriculados nas comunidades, as taxas de aproveitamento foram mais expressivas nas comunidades rurais (90,17%) do que nas urbanas (74,63%). Esse dado evidencia que, proporcionalmente, os cursos ofertados em áreas rurais obtiveram maior êxito na conclusão por parte dos participantes. Um exemplo representativo dessa realidade é a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, em Sena Madureira, a qual se destacou tanto pela expressiva quantidade de cursos ofertados quanto pelo elevado índice de conclusão.

As ofertas dos cursos nas próprias comunidades rurais foi um fator determinante para o sucesso da formação, uma vez que os alunos não precisaram se deslocar até a cidade, o que representaria um obstáculo significativo devido à distância. Além disso, a escassez de opções educacionais nessas localidades fez com que os alunos valorizassem intensamente as oportunidades de qualificação, aproveitando-as ao máximo.

Além disso, acordo com os relatórios do Pronatec IFAC (2018), nessas comunidades, as aulas eram concentradas nos finais de semana (sexta, sábado e domingo), o que permitia aos alunos conciliar a participação nas atividades formativas com suas rotinas laborais e familiares. Esse formato possivelmente contribuiu para a permanência dos estudantes, uma

vez que não interferia em suas obrigações cotidianas, reduzindo a evasão e facilitando a conclusão dos cursos. Esse caso concreto exemplifica o potencial das políticas públicas educacionais de promover a inclusão em comunidades historicamente marginalizadas, aspecto ressaltado por Mészáros (2005) e Frigotto et al. (2005).

Em relação aos cursos ofertados na RESEX, Maia et al. (2016) destacam que essas formações tiveram um impacto significativo na vida dos extrativistas, promovendo autonomia, diversificação das atividades produtivas e aprimoramento técnico. Além disso, contribuíram para o aumento da renda e para a conservação ambiental. Esses resultados reforçam o compromisso do IFAC em implementar o Pronatec de forma alinhada às demandas regionais, cumprindo sua finalidade de democratizar o acesso à educação técnica e tecnológica (Esteves, 2017).

A implementação do Pronatec em comunidades rurais, como as apresentadas no quadro 1, destaca o papel estratégico do programa em fortalecer o vínculo entre educação, conservação ambiental e economia sustentável. Essa atuação corrobora a relevância de políticas educacionais contínuas e adaptadas às realidades locais, especialmente em regiões de baixa densidade populacional e infraestrutura limitada. Esse impacto vai ao encontro de perspectivas teóricas que defendem a educação profissional como ferramenta de emancipação social e desenvolvimento sustentável (Siqueira, 2023).

Outrossim, é importante destacar a diversidade de beneficiários do Pronatec, destacando que, em 2015, o Programa Mulheres Mil, fez parte das ações do programa, com a oferta de cursos (quadro 2) voltado especificamente para mulheres em situação de vulnerabilidade social. O público atendido era formado, majoritariamente, por mulheres de baixa renda, beneficiárias de programas sociais e inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), muitas delas com baixa escolaridade e inseridas em contextos de risco social.

Quadro 2 – cursos ofertados pelo Pronatec no âmbito do Programa Mulheres Mil

Cursos	Ano	Localidade da oferta	Matriculadas	Concluintes
Cuidador Infantil	2015	Sena Madureira	67	45
Cuidador de Idoso	2015	Sena Madureira	40	22
Recepcionista	2015	Sena Madureira	29	24
Vendedora	2015	Sena Madureira	40	32
Administrador de banco de dados	2016	Sena Madureira	20	15
Assistente de crédito e cobrança	2016	Sena Madureira	19	16
Piscicultor	2016	Comunidade São José. Boca do Acre - AM	20	20
Agente comunitário de saúde	2016	Santa Rosa do Purus	20	19

Fonte: elaborado pelo autor, baseado no relatório do Pronatec/IFAC (2018)

A experiência refletiu o que foi observado em outras regiões do país, conforme aponta Melo Filho (2016), ao demonstrar que a qualificação técnica, quando aliada a ações de acolhimento e valorização pessoal, contribui significativamente para o fortalecimento da autonomia feminina, abrindo caminhos para o acesso ao mundo do trabalho e à participação social mais ativa.

Nesse contexto o índice de conclusão, embora expressivo, aponta para uma lacuna na retenção de estudantes, possivelmente devido às dificuldades logísticas e socioeconômicas enfrentadas pelos beneficiários, especialmente nos cursos oferecidos na Zona Urbana. Embora o Pronatec disponibilizasse suporte estudantil, como suporte financeiro, pedagógico e logístico, o índice de evasão sugere a necessidade de implementar políticas complementares que garantam maior permanência e sucesso dos alunos.

Por fim, os resultados obtidos sugerem que o modelo implementado no IFAC pode servir como referência para outras instituições interessadas em ampliar o alcance de seus programas de qualificação profissional. No entanto, a expansão dessas iniciativas deve vir acompanhada de um planejamento cuidadoso, que priorize a equidade no acesso, a qualidade dos cursos e a sustentabilidade das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Pronatec no Campus Sena Madureira do Instituto Federal do Acre gerou impactos relevante, como a inclusão de comunidades rurais e tradicionais, a exemplo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, e o fortalecimento da autonomia e da qualificação profissional em regiões remotas.

Os resultados evidenciam a importância de políticas públicas educacionais alinhadas às necessidades locais, promovendo não apenas o desenvolvimento técnico, mas também a cidadania e a sustentabilidade ambiental. A criação de parcerias entre instituições de ensino, órgãos governamentais e o setor privado foi essencial para o sucesso do programa, demonstrando que a colaboração interinstitucional é um pilar fundamental para o alcance de objetivos mais amplos.

Apesar dos avanços, desafios como a retenção de estudantes e a necessidade de maior assistência estudantil apontam para aspectos que ainda precisam ser aprimorados. Esses pontos refletem a necessidade de um planejamento contínuo e de ações que integrem educação, desenvolvimento social e econômico. Embora o programa tenha sido idealizado para atender demandas do mercado, a experiência no IFAC mostrou que, com adaptações e planejamento estratégico, é possível mitigar seus limites e ampliar seu impacto social e econômico.

Futuras pesquisas podem aprofundar a análise das contribuições do Pronatec em comunidades específicas, avaliando seu impacto de longo prazo e identificando boas práticas que possam ser replicadas em outras regiões. Esses estudos são fundamentais para subsidiar a criação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

No caso do IFAC, a experiência do Pronatec demonstrou que uma gestão bem estruturada e atenta às dinâmicas locais pode minimizar esses desafios e fortalecer a qualificação profissional da população. A instituição se destacou por alinhar sua oferta de cursos às vocações econômicas da região, contribuindo para a formação de mão de obra qualificada e inserção no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BISPO, Fabiana Carvalho da Silva. **A INFLUÊNCIA DAS REGRAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – O CASO DO PRONATEC**. 2018. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 de dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015**. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20462540/do1-2017-02-13-portaria-no-817-de-13-de-agosto-de-2015--20462295. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013**. Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12816.htm. Acesso em: 19 jan. 2025.

CASSIOLATO, Maria Martha de Menezes Costa.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. In: **1919Texto para discussão.** Brasília – Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2406. Acessado em 22 mar. 2024

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean.; DESLAURIERS, Jean Pierre.; GROULX, Lionel. H.; LAPERRIERE, Anne.; MAYER, Robert.; PIRES, Alvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CUNHA, Myrna Freire da. **A implantação do Pronatec campo pelo IFAC no Vale do Juruá - primeiros passos**. 2014. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

ESTEVES, Fernando Henrique de Araújo. **Efeito spillover do Pronatec no mercado de trabalho.** 2017. 34 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. Nogueira. (Orgs.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GODOI, Janete. **A relação público-privado no ensino médio profissionalizante sob a luz da Lei 12.513 de 2011 que institui o Pronatec**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022:** população dos municípios brasileiros. Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 29 jan. 2025.

IFAC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2020-2024**. Rio Branco, AC: IFAC, 2020. Disponível em: https://www.ifac.edu.br/o-ifac/planejamento-e-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2020-2024. Acesso em: 01 fev. 2025.

IFAC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Relatório de gestão do Pronatec 2018**. Rio Branco, AC: IFAC, 2018.

IFAC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Resolução nº 019, de 20 de fevereiro de 2015**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec no âmbito do IFAC. Rio Branco, AC: IFAC, 2015.

LIMA, Marcelo.; MACIEL, Samanta Lopes.; FERREIRA, Ana Paula Ribeiro.; DOS SANTOS, Jordan Rodrigues. PRONATEC: PARA QUE E PARA QUEM?. **HOLOS**, [S. l.], v. 8, p. 183–201, dez. 2018.

LEAL NETO, Alberto Álvaro Vasconcelos. **A educação profissional integrada ao Ensino Médio no Governo Lula: uma análise à luz da categoria trabalho**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MAIA, Aldeci.; RANZI, Tiago Juruá Damo.; SILVA, Edu Gomes.; FARIAS, Cleudo.; ALVES, Alcilene O. Cursos profissionalizantes transformam a realidade de comunidades em reserva na Amazônia. **Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação,** Brasília, v. 2, n. 2, p. 137-139, 2016.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MELO FILHO, Ari de Araujo Vilar de. **Avaliação da implementação do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego ronatec mulheres mil: um estudo de caso**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.(org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Dante Henrique. EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DUALIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO. **Holos**, [*S. L.*], v. 2, p. 4-30, 2007.

RAMOS, Moacyr Salles.; STAMPA, Inêz Terezinha. O Programa Nacional d e Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: democratização ou precarização da educação profissional? **Textos & Contextos,** Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 393-407, ago./dez. 2016. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/23609. Acesso em 29 dez. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROSA, Andréia Quadros. **Percepção de egressos do programa Pronatec (formação inicial e continuada) em Bagé de 2012 a 2016.** 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

SANTIAGO, Ariane de Cássia Queiroz. **A qualificação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: um debate necessário**. 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18316. Acesso em: 17 abr. 2025.

SILVA, Bruno Laurentino da.; OLIVEIRA, Robson Diego Silva de.; SOUZA, Karlla Chrisitne Araújo. O ensino profissionalizante na Era Vargas (1930–1945) e a influência industrial. In: VIII FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia, Campina Grande, 2016. **Anais [...].** Paraíba: Realize Editora, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. Dimensões analíticas do conceito de inclusão produtiva para fins de política social: uma revisão bibliométrica. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 68, 2020. Disponível em: https://www.econstor.eu. Acesso em: 26 jan. 2025.

SIQUEIRA, Wallace Lobato. Avaliação de impacto do Pronatec sobre os salários em Minas Gerais. In: XXI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - Enaber, Belém, 2023. **Anais [...].** Pará: ABER**,** 2023.

VENTURA, Jaqueline.; LESSA, Ludmila.; SOUZA, Samantha. Pronatec: ampliação das ações fragmentárias e intensificação da privatização da formação do trabalhador. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 30, p. 156-182, 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10091. Acesso em: 05 fev. 2024.

ZANELATO, Elisane Roseli Ulrich. **O Pronatec como Política de Inclusão Social e Econômica para Beneficiários do Programa Bolsa Família: um estudo de caso no IFRS - Campus Sertão**. 2019. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.